



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 13 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 16 de março de 2012

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Celular importado cresceu 137% em 2011 ..... VEICULAÇÃO LOCAL	1
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Governos preparam medidas para conter 'onda' de produtos importados ..... VEICULAÇÃO LOCAL	2
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Corte de imposto de indústria sai ainda este mês ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> CNI defende governo mais arrojado nas medidas ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>O GLOBO</b> Após novo vazamento, Chevron suspende a produção no Brasil ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>O GLOBO</b> Queda de juros vai durar muito pouco, diz BC ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>O GLOBO</b> Dilma decide não ceder a chantagens ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>O GLOBO</b> Um órgão só para grandes eventos ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>FOLHA DE PERNAMBUCO</b> Reinventando a Sudene ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
<b>AGÊNCIA SENADO</b> Vanessa Grazziotin pede união pelo fim das desigualdades regionais ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	14
<b>JORNAL DO DIA</b> Pimentel está otimista em relação à revisão do acordo automotivo Brasil-México ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	15
<b>VALOR</b> Samsung deixa de ser sócia do EAS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	16
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Governo dará mais isenções à indústria ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Celular <u>importado</u> cresceu 137% em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

**Na Zona Franca de Manaus, a produção de celulares chegou a 23 milhões de unidades em todo o ano passado.**

**Manaus** - Segundo levantamento da Teleco, o número de celulares importados no Brasil cresceu 137,9% em 2011 em comparação ao ano anterior. O volume saltou de 5,8 milhões em 2010 para 13,8 milhões no ano passado. Já as exportações no Brasil caíram 82%, passando de 12,6 milhões em 2010 para 6,9 milhões em 2011.

Na Zona Franca de Manaus, a produção de celulares chegou a 23 milhões de unidades em todo o ano passado. Desse total, a maior parcela (20.695 unidades) serviu para abastecer o mercado nacional. O faturamento das empresas de telefonia do PIM somaram US\$ 2,038 bilhões.

O avanço dos produtos 'made in china' é mundial, segundo o gerente executivo do CIN. "Os produtos chineses invadiram a Europa, Estados Unidos e outros países da América do Sul", disse. A matéria-prima e a mão de obra chinesas são mais baratas o que justifica a vantagem da China, segundo o dirigente. "Em relação ao Brasil, a

diferença está nos encargos trabalhistas, que no País são muitos caros".

O titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, afirmou que "toda proteção à indústria nacional é bem-vinda para a permanência da geração de emprego". Sobre o assunto, a Nokia informou que a prioridade da empresa é abastecer o mercado interno, e que a valorização do Real dificulta as exportações.

Sobre um possível aumento do II, José Marcelo Lima afirma que "é preciso muita habilidade política". "Qualquer medida para inibir a importação gradualmente ou não pode interferir nas relações comerciais, uma medida contra as importações chinesas pode coibir as exportações da China, que compra commodities do Brasil", avaliou.

O vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, afirma que outra medida que pode conter as importações é o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para proteger os produtos nacionais.

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governos preparam medidas para conter 'onda' de produtos <u>importados</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Aumento da alíquota do Imposto de Importação é apontado por entidades como uma das ações**

**Manaus** - O aumento do volume de importações de bens manufaturados, principalmente chineses, tem preocupado a indústria não apenas local, mas nacional. A elevada entrada de telefones celulares é uma das 'ondas' que precisam ser contidas, segundo representantes locais. Fontes oficiais afirmaram que o **Governo Federal** planeja o aumento do Imposto de Importação (II) para proteger a produção nacional. Questionado, o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** não se pronunciou.

Entre as possíveis saídas apontadas para o problema por representantes da indústria, está a criação de barreiras tarifárias, como o aumento da alíquota do II. Nos bastidores da indústria local afirma-se que essa será a solução empregada pelo **Governo Federal** para proteger a indústria nacional da feroz concorrência chinesa. "O governo vai fechar a questão dos importados como um todo, não é algo específico para o celular, mas isso será conveniente para esse setor ganhar 'fôlego'", afirmou uma fonte oficial da indústria, que não quis ser identificada.

Somente no primeiro bimestre desse ano, as importações do **Amazonas** registraram crescimento de 10,5%. As compras fora do País aumentaram de US\$ 1,808 bilhão de janeiro a fevereiro de 2011 para US\$ 1,999 bilhão nos dois primeiros meses deste ano. A China aparece no topo dos países que mais abastecem o Estado. Do total importado nesse período, as compras de produtos chineses somaram US\$ 739 milhões, segundo dados do Sistema Alice, do **Mdic**.

No último dia 9, o **Ministério** abriu prazo para receber pedidos de elevação temporária do II. Amparada pela decisão CMC 39/11 do **Mercosul**, a alternativa oferecida ao empresariado possibilita a flexibilização da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC) em caso de desequilíbrio comercial causado pela conjuntura econômica internacional. O **Ministério** não divulgou o número de pedidos feitos até o

momento e nem os produtos aos quais os pedidos estão relacionados. O prazo encerra dia 2 de abril.

"O governo precisa tomar medidas em relação às tarifas para desacelerar as importações do bem manufaturado, que está tirando espaço das empresas brasileiras", afirmou o gerente executivo do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, José Marcelo Lima. A abertura do mercado globalizado e o preço atrativo dos eletrônicos chineses motivaram a proliferação dos produtos asiáticos no mercado mundial, segundo o dirigente.

A indústria nacional de telefonia celular é um dos setores que estão em competição acirrada com os importados, segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do **Amazonas (Sinaees/AM)**, Celso Piacentini. "Não somente a **Zona Franca**, mas o **Brasil** inteiro está sofrendo com essa competitividade, principalmente da China", disse.

Com a preferência da compra por produtos estrangeiros, a produção industrial desaqueceu. Segundo a pesquisa mensal de Produção Industrial, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desempenho da indústria local entre novembro e janeiro foi 0,9% inferior ao mesmo período equivalente anterior. Em janeiro deste ano, o aumento registrado foi de apenas 0,1%, enquanto no primeiro mês de 2011 chegou a 0,8%.

Outro reflexo do desaquecimento das linhas de produção tem sido as demissões no **PIM**, que chegaram a 74% no primeiro bimestre de 2012. No mesmo ritmo, a movimentação de cargas aéreas exportadas reduziu 45% em fevereiro em relação a igual mês de 2011.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Corte de imposto de indústria sai ainda este mês</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Em encontro com empresários, o ministro da Fazenda prometeu anunciar a desoneração da folha de pagamentos para vários setores em até duas semanas**

**CÉLIA FROUFE , EDUARDO CUCOLO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

A ampliação da desoneração da folha de pagamentos para mais setores da indústria deve sair dentro de duas semanas, conforme promessa feita ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a empresários. Ele também demonstrou mais flexibilidade em relação à alíquota sobre o faturamento das empresas que substituirá a contribuição patronal de 20% para o INSS.

Quando foi lançado no ano passado, o Plano Brasil Maior (a política industrial do governo Dilma Rousseff) recebeu a adesão de quatro setores. Confecções, calçados e call centers passaram a pagar alíquota de 1,5% sobre o faturamento das empresas. No caso de softwares, a contribuição ficou em 2,5%. O argumento dos que preferiram não participar era o de que as alíquotas acertadas até então não desoneravam, de fato, suas indústrias.

Agora, o pleito dos empresários que demonstraram interesse em se integrar à segunda fase do plano é o de que a alíquota gire em torno de 1%. Mantega disse que ainda não tomou sua decisão sobre a questão, pois precisa conversar com mais setores que estejam dispostos a participar do Brasil Maior 2. "Estamos discutindo as alíquotas. Pode ser menor do que 1,5%", sinalizou. Ontem, ele recebeu representantes dos setores têxtil, aeroespacial, de autopeças e moveleiro.

Encargos. A desoneração beneficiará a indústria nacional, segundo o ministro, principalmente em relação à competição externa. Ele destacou que, na disputa internacional, outros países produtores estão reduzindo salários e benefícios para diminuir seus custos. Mantega disse que a redução de custos também é necessária no Brasil, mas não por meio desses instrumentos. Aqui, segundo o ministro, o que vai diminuir são os encargos.

Mantega enfatizou que a medida impactará em cheio os exportadores. Isso porque, ao retirar a contribuição da folha e migrar para o faturamento, a incidência será sobre as vendas do mercado interno, pois as exportações já estão livres de tributos. "Aquele que exporta, não paga nada. É desoneração completa para a exportação." A desoneração será compensada, conforme o ministro, pela alta da arrecadação decorrente da contratação de funcionários e vendas de produtos.

Apesar de os empresários que estiveram com Mantega ontem terem relatado que o assunto não foi tocado, o ministro garantiu que as empresas terão que dar como contrapartida a manutenção dos postos de trabalho. "O Brasil está quase em pleno emprego e, em 2012, será um dos países a gerar mais vagas."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CNI defende governo mais arrojado nas medidas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**RENATA VERÍSSIMO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

**O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade, disse que o governo precisa ser mais arrojado nas medidas para socorrer o setor industrial. Em entrevista à Agência Estado, ele defendeu a taxaço de todo capital estrangeiro que entra no País, a desoneração completa da folha salarial das empresas e a redução de tributos sobre insumos usados na produção.**

Andrade critica também a demora na implementação das medidas. Para ele, o governo tem o diagnóstico correto do problema, mas tem perdido o "timing" na execução das ações. "As medidas estão na direção certa, mas o prazo está na direção errada", afirmou.

O presidente da CNI disse que, até que o Brasil enfrente seus problemas estruturais, o governo precisa adotar ações de curto prazo contra a valorização do real, para que a redução de custos estruturantes, como o da energia, reforce a defesa comercial.

Guerra no comércio. "Não podemos deixar a indústria morrer", afirmou. "O comércio mundial tem sido uma guerra. O Brasil não consegue competir porque as empresas de outros países têm incentivos fiscais", avaliou.

Para conter a entrada de capital especulativo no Brasil e reverter a valorização do real, Andrade defende que todo capital estrangeiro seja tributado.

Pela proposta do presidente da CNI, o governo deveria criar um mecanismo que compense esta tributação para as empresas que comprovarem o uso dos recursos em investimentos.

Ele também criticou a fórmula encontrada pelo governo para retirar a contribuição de 20% ao INSS sobre o valor da folha de pagamento das empresas.

"Não sou a favor de transferir para o faturamento. O melhor é fazer a desoneração gradual da folha sem a criação de outro tributo", disse.

Pela proposta do governo, os setores desonerados na folha de salários passam a pagar uma contribuição sobre o faturamento. Andrade argumenta que a medida simplifica, mas não reduz o custo da mão de obra.

Ele argumenta que, apesar de o Brasil estar em "pleno emprego", alguns setores como o automobilístico já começaram a demitir. Ele acredita que esse movimento possa ser seguido por outros setores como o siderúrgico e de autopeças.

Andrade também defende uma solução rápida para a guerra fiscal entre os Estados.

O presidente da CNI sugere ainda a exigência de uso de conteúdos nacionais em projetos licitados e com participação de empresas estrangeiras.

Segundo Andrade, projetos na área de energia estão sendo executados com a importação de componentes chineses.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Após novo vazamento, Chevron suspende a <u>produção</u> no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **ANP acusa companhia de não ter adotado medidas para evitar repetição de acidentes**

Quatro meses depois, a Chevron informou ontem a ocorrência de um novo vazamento no Campo de Frade, na Bacia de Campos. A empresa americana, que estava proibida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) de perfurar poços no Brasil desde fins do ano passado, anunciou que está agora suspendendo temporariamente sua produção no país. A decisão é inédita. O novo vazamento de óleo teria começado no último dia 4, provocado por uma fissura de 800 metros de extensão e afundamento do solo marítimo, a cerca de 3 km do local do acidente de novembro. Segundo a companhia, o vazamento foi de apenas cinco litros. A suspensão das atividades tem por objetivo descobrir as causas do acidente, de acordo com a companhia. A produção do Frade é de 61,5 mil barris por dia. A ANP comunicou que a Chevron foi autuada na quarta-feira passada por não ter cumprido a determinação da agência de apresentar as salvaguardas solicitadas para evitar novos vazamentos na área. Para o Ibama, informações preliminares apontam que o vazamento de agora está relacionado ao de 2011.

#### **Chevron suspende produção no país**

**Decisão ocorre após novo vazamento no campo de Frade, provocado por fissura de 800 metros**

#### **Ramona Ordoñez Liana Melo**

A gigante americana Chevron passou do paraíso, quando iniciou, em 2009, a produção de petróleo no Brasil, ao inferno, ontem, ao anunciar que vai suspender a produção de petróleo no país. Toda a produção da petrolífera em território brasileiro está hoje concentrada no campo de Frade, na Bacia de Campos, onde foi detectado um novo vazamento de óleo no último dia 4, provocado por uma fissura de 800 metros de extensão e afundamento do solo marítimo. Segundo a companhia, o vazamento foi de apenas cinco litros.

A decisão de uma empresa suspender, ainda que temporariamente, toda sua produção de petróleo é inédita no país e foi anunciada ontem pelo novo diretor de Assuntos Corporativos da Chevron Brasil, Rafael Jaen. De acordo com o executivo, o objetivo é descobrir as causas do novo acidente,

que ocorreu a cerca de três quilômetros a leste do poço onde houve o derramamento do dia 7 de novembro do ano passado, quando vazaram cerca de 3,4 mil barris de petróleo.

-A decisão de suspender temporariamente a produção foi tomada por precaução em virtude do novo afloramento de óleo e o rebaixamento do terreno - disse Jaen.

A companhia encaminhou ontem às 13h55m a solicitação para a suspensão da produção à Agência Nacional do Petróleo (ANP). A produção de Frade é de 61,5 mil barris por dia.

A ANP informou que a Chevron foi autuada na quarta-feira por não ter atendido notificação da agência para apresentar as salvaguardas solicitadas para evitar novos vazamentos na área. A empresa virou alvo de um novo processo administrativo no órgão. Desde ontem, técnicos da agência estão no Centro de Comando de Crise da Chevron. Entre as medidas já tomadas, foi determinada a instalação de um coletor no novo ponto de vazamento identificado pela empresa.

#### **Ibama: vazamento decorre do anterior**

O secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, disse que um novo vazamento no poço da Chevron mostra, mais uma vez, a importância de um estudo de análise de risco, bem como a adoção de rigorosas medidas ambientais preventivas para atividades de perfuração de óleo no fundo do mar. Minc enfatizou ter "faltado transparência" por parte da empresa quando do primeiro acidente, em novembro de 2011, em relação a sua real dimensão, e disse que as informações até agora disponíveis, neste segundo caso, são ainda insuficientes:

- Não está claro se é um novo vazamento ou um rescaldo daquele do ano passado. Já tínhamos advertido que o vazamento na Bacia de Campos não havia sido completamente resolvido. Além disso, a causa do acidente não foi completamente esclarecida. Naquela época, a Chevron foi informada que havia uma fissura no fundo do mar. A empresa fez o encapsulamento de apenas parte da fissura, quando o correto era ter feito em toda a área.

Para o Ibama, informações preliminares apontam que o vazamento é decorrente do vazamento registrado ano passado, não se tratando de um novo, uma vez que o poço não estava operando.

O diretor da Chevron explicou que no dia 4 a companhia identificou uma pequena mancha de óleo na superfície. A partir de então, a empresa trabalhou usando um robô submarino para encontrar a origem. A descoberta da fissura ocorreu no dia 13, quando o caso foi comunicado à ANP. A companhia coletou cerca de cinco litros de petróleo, com três equipamentos iguais aos utilizados no vazamento de novembro, que continua até hoje.

Jaen afirmou que a empresa não sabe ainda as causas do novo vazamento, mas que não teria qualquer ligação com o vazamento anterior. Com a suspensão da **produção**, a companhia pretende realizar um amplo estudo técnico para melhor entender a estrutura geológica da área. A suspensão da **produção** foi aprovada também pelos sócios da Chevron no Frade, a Petrobras e a japonesa Inpex.

O oceanógrafo David Zee, da Uerj, está convencido de que o acidente da Chevron não pode ser analisado de forma isolada. Nos últimos meses, desde novembro, a indústria de petróleo no país tem registrado um acidente por mês.

-Tem algo muito errado acontecendo, porque os acidentes estão se repetindo e nem a ANP nem o Ibama estão repensando a estratégia de prevenção de acidentes no país -

alerta Zee, defendendo que a Marinha seja mais bem aparelhada para viabilizar acesso aos campos de exploração em alto mar mais rapidamente.

O diretor da Chevron garantiu que a companhia não pretende sair do Brasil, apesar dos problemas:

- A gente não vai alterar o plano de investimentos no **Brasil** agora, nem estamos pensando em alterar.

Na quarta-feira, o presidente da Chevron para África e América Latina, Ali Moshiri, e o presidente da Chevron para o Brasil, George Buck, estiveram com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para debater a atuação da empresa no país após o vazamento de novembro. Naquele dia, a Chevron já investigava o novo problema.

Uma ação civil pública movida pelo procurador da República Eduardo Santos de Oliveira pede que a Chevron seja proibida definitivamente de extrair óleo no **Brasil** e que seja condenada a pagar, com a Transocean, indenização de R\$ 20 bilhões pelo vazamento de novembro. Essas punições ainda vão ser analisadas pela Justiça. (Colaboraram Danilo Fariello e Daniel Haidar)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Queda de juros vai durar muito pouco, diz BC</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O Banco Central surpreendeu e indicou que o ciclo de redução de juros está próximo do fim. A taxa básica pode ser cortada para 9% já na reunião de abril e ficar nesse patamar até o fim do ano para segurar a inflação e evitar uma mudança na fórmula de remuneração da poupança, que teria de ser feita por medida provisória.**

#### **Poupança e inflação seguram cortes de juros**

**BC indica que Selic ficará em torno de 9% ao ano. Segundo analistas, objetivo foi evitar alta nas projeções do IPCA e mudança na caderneta**

**Gabriela Valente**

#### **EMPURRÃO NO PIB**

BRASÍLIA e RIO. O Banco Central (BC) surpreendeu e, pela primeira vez, indicou até quando cortará os juros e em qual patamar. Depois de acelerar o ritmo das quedas da taxa básica (Selic) na semana passada, que passou de 10,5% para 9,75% ao ano, deu mostras de que os juros devem cair para 9% ao ano em abril. A ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, foi recebida entre os especialistas como um anúncio de que a autoridade está chegando ao seu limite.

Com um tom objetivo e claro, a ata do Copom apontou que a Selic deve chegar a "patamares ligeiramente acima dos mínimos históricos" e aí se estabilizar. A menor Selic já praticada no Brasil foi de 8,75%, entre julho de 2009 e março de 2010, durante o período de recuperação da economia brasileira após a crise internacional de 2008. A maioria dos analistas aposta agora em mais um corte de 0,75 ponto percentual nos juros na reunião em abril, o que levará a Selic para 9%, encerrando o ciclo de corte de juros.

Há uma barreira que impede novas quedas da taxa no Brasil: além desse nível, os juros básicos deixariam a poupança ainda mais atraente e poderia haver uma fuga de investimentos em papéis da dívida brasileira. Nos bastidores, o projeto para fazer a caderneta de poupança render menos está parado por causa da falta de clima no Congresso, envolto a uma crise política com a base aliada e num ano eleitoral. Além disso, a sinalização deve ajudar a atenuar as expectativas de inflação para 2013. O último Boletim Focus -

levantamento semanal feito pelo BC com analistas do mercado - prevê que a inflação medida pelo IPCA chegue a 5,50% em 2013, enquanto a expectativa para este ano é de 5,27%. Foi a primeira vez em que a estimativa para 2013 ultrapassou a de 2012.

- O Banco Central está sendo muito explícito para ancorar as estimativas de inflação. É importante ser muito claro para ter sucesso nessa ancoragem - afirma a economista-chefe da Icap Brasil, Inês Filipa.

No documento do Copom, os diretores admitiram que aumentar o ritmo de cortes - que desde agosto era de 0,5 ponto percentual em cada encontro do Copom e passou para 0,75 ponto percentual na semana passada - não era o plano original. Mudar a estratégia dividiu o grupo: dois diretores votaram contra.

- Ficou claro que é uma posição política: o Congresso não vai topiar mexer na poupança no meio dessa crise e isso cria um piso para os juros no Brasil - disse o economista da corretora Prosper, Eduardo Velho.

O economista Nilton Rosa, da Sulamérica Investimentos, lembra que, além da caderneta de poupança, o objetivo do BC era "ancorar" as expectativas dos analistas, que depois do corte da semana passada começaram a fazer apostas mais ousadas no mercado de juros futuros.

- Foi algo inusitado, mas esse BC é totalmente diferente do anterior e não deixaria os negócios com expectativas tão distantes do que ele irá fazer.

Para o professor do Ibmecc/Rio Gilberto Braga, o próximo Boletim Focus já pode trazer projeções menores para a inflação em 2013, já que a ata sugeriu um ambiente melhor para a inflação:

- É provável alguma repercussão no próximo Focus. Mas a ata vai ser testada o tempo todo pelo mercado, que vai acompanhar se a inflação recua mesmo.

Com inflação, Selic

voltaria a subir em 2013

Apesar da expectativa benigna para a inflação e da expectativa do BC de manter a taxa de juros estável por um

tempo, analistas acreditam que a autoridade monetária será obrigada a retomar uma trajetória de alta da Selic no início de 2013. Pelo último Boletim Focus, a Selic encerrará o ano de 2013 em 10% ao ano, acima do previsto para o fim de 2012.

No **mercado**, a reação foi imediata: a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) "descolou" do **mercado** internacional - que fecharam em alta, com bons indicadores macroeconômicos - e caiu 0,74%, aos 67.749 pontos. Puxaram a queda papéis de empresas dos setores de construção, consumo e varejo, mais sensíveis ao crédito e que seriam beneficiados por um corte maior da Selic. Já o **dólar** caiu 0,16% e fechou a R\$ 1,804, mesmo após dois leilões de compra de moeda do BC. Em Nova York, o índice Standard&Poor's subiu 0,6% e ficou acima de 1.400 pontos, o que não ocorria desde 2008. O

Dow Jones avançou 0,44% e o Nasdaq, 0,51%. Na Europa, Paris subiu 0,44% e Frankfurt, 0,92%.

Na ata, o Copom diz que a desaceleração da economia brasileira foi maior do que o esperado e dá a entender que vê um crescimento menor daqui para a frente do que o estimado pelo **mercado**. Isso abriria mais espaço para a queda dos juros sem pressionar a inflação. Nas contas do Copom, a previsão para o IPCA está próximo ao valor central da meta e cada vez são menores os riscos de não atingir o objetivo de 4,5% neste ano. Só que o Copom deixa claro que conta com a equipe econômica para cumprir o planejado para as contas públicas: cortar gastos. E refuta a ideia de que aceitaria uma inflação acima do objetivo central.

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma decide não ceder a chantagens</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O novo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-PR), diz querer a retomada do diálogo com o PR, mas avisa que "não dá para conversar com imposição". A presidente determinou que nada seja votado até aliados pararem de fazer ameaças.**

**Diálogo, sim, chantagem, não**

**Dilma avisa que aceita negociar, mas sem imposições, e breca votações no Congresso**

**Gerson Camarotti Maria Lima**

**Ailton de Freitas**

Diante da forte reação da base aliada no Congresso às suas decisões dos últimos dias, a presidente Dilma Rousseff avisou que não vai recuar nem ceder a pressões, ameaças e chantagens. Por meio do novo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-PR), ela sinalizou com a retomada do diálogo com os governistas insatisfeitos, desde que não haja imposições. Para evitar risco de derrotas em matérias de interesse do governo, Dilma determinou que nada seja votado na Câmara e no Senado enquanto o clima estiver tenso e aliados fizerem ameaças.

Afinado com a presidente, o novo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), endureceu o discurso com o líder do PR, senador Blairo Maggi (MT). Na véspera, Blairo anunciara que os sete senadores do PR estão na oposição porque a sigla não retomou o comando do **Ministério** dos Transportes. E condicionou a volta à base ao atendimento da reivindicação.

- Não dá para conversar com imposição. O líder do PR sabe que estamos tentando resolver isso, mas com esse clima que está sendo colocado eu não tenho mais autoridade para continuar com essas tratativas - disse Braga.

Entre parlamentares, aliados e da oposição, há perplexidade com as brigas que Dilma comprou: troca dos líderes, enfrentamento com grupos poderosos, como o do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), com o PR e até com setores do PT na Câmara.

Anteontem, após o anúncio do PR de que fará oposição no Senado, Braga se reuniu com Dilma. Ontem, explicou que

foi feito um convite para que Blairo fosse ministro dos Transportes, que continua de pé:

- Fica uma situação muito esquisita. Houve um convite, e ele nunca foi retirado. Agora, do ponto de vista do governo, não tenho como prosseguir a negociação se o PR não revir sua posição (de ir para a oposição).

**PR insiste para ter Transportes de novo**

O líder do PR, por sua vez, disse que as informações estão truncadas. Segundo Blairo, o convite para que ele se tornasse ministro foi recusado há sete meses. Ele alegou que haveria conflito de interesses com suas atividades empresariais - e afirmou que, desde então, o PR nunca mais recebeu outra indicação do governo. Contou que, anteontem, foi chamado pela ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, mas para ser comunicado que o PR não teria mais o **Ministério** dos Transportes, apenas duas diretorias de estatais.

- Quando ela disse que não ficaria e ofereceu duas estatais, não quis saber de mais nada. Mas, como já disse, quando o governo achar que os sete votos do PR são **importantes**, nos procure. Eduardo Braga só precisa fazer um gesto, que aí podemos conversar.

Nas palavras de um interlocutor direto de Dilma, acabou a "zona de conforto" da base governista, e os aliados precisam perceber que o governo mudou que essa mudança inaugurou um novo estilo de fazer política no Palácio do Planalto.

Apesar das queixas dos aliados pela substituição de Cândido Vaccarezza (PT-SP) por Arlindo Chinaglia (PT-SP), na liderança do governo na Câmara, o Palácio do Planalto é direto: Vaccarezza se transformara em porta-voz dele mesmo, e não do governo. O mesmo teria acontecido com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), substituído por Eduardo Braga na liderança do governo no Senado.

Dilma já tinha avisado no início do ano que trocaria os líderes, mas o fez esta semana, sem aviso prévio. Além de ter sido derrotada no Senado - no caso da rejeição do nome de Bernardo Figueiredo para permanecer na direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) -, Dilma se irritou profundamente com outra decisão de Jucá: ele ignorou

sua determinação de aprovar, na semana de comemoração do Dia da Mulher, o projeto sobre equiparação de salário entre homens e mulheres que exercem a mesma função.

Como Braga, Chinaglia, que herdou os conflitos do Código Florestal e da Lei da Copa, também já está agindo, mas é realista:

**- Não existe mágica, existe trabalho.**

Também é grande o problema do outro lado da Praça dos Três Poderes, no Planalto: a falta de entrosamento e jogo

político da dupla palaciana formada por Ideli e pela chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A desastrada negociação da Lei Geral da Copa, classificada por aliados como "lambança", mostra a deficiência na articulação política.

Ideli, orientada por Dilma para não se deixar ser esmagada, retomou ontem contatos **importantes**: almoçou com o presidente da Câmara, Marco Maia; encontrou-se com Renan Calheiros; e falaria com Chinaglia.

colaboraram: Cristiane Jungblut e Catarina Alencastro

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Um órgão só para grandes eventos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Uma subsecretaria extraordinária de Grandes Eventos, ligada a de Segurança, será criada para cuidar da Rio+20, da Copa e das Olimpíadas. O país terá campanha de prevenção ao terrorismo.**

**Rio terá subsecretaria só para grandes eventos**

**Novo órgão estadual já atuará na segurança da Rio+20; União vai criar campanha de prevenção ao terrorismo**

**Luiz Ernesto Magalhães**

O governo do estado está em fase final de uma reformulação na estrutura da Secretaria de Segurança. No novo desenho, será criada a Subsecretaria Extraordinária de Grandes Eventos, que vai cuidar dos megaeventos que serão sediados na cidade até 2016. A primeira tarefa do novo órgão será participar dos preparativos da segurança da Conferência das Nações Unidas para o **Desenvolvimento Sustentável**, a Rio +20, em junho. Já o **Governo Federal** também se prepara para a maratona esportiva dos próximos anos, a começar pela Copa das Confederações (2013) - além da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) - criando uma campanha nacional de prevenção ao terrorismo.

**CML divulgará**

**diretrizes para a Rio +20**

O Comando Militar do Leste (CML) deve apresentar nos próximas as diretrizes do plano de segurança para a Rio +20. Mas algumas medidas já estão decididas, como informou, ontem, em Doha, o **Superintendente** de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança, Roberto Alzir Dias Chaves, que está no Qatar acompanhando a 2ª Conferência Internacional para o Esporte Seguro:

- O Riocentro e o Parque dos Atletas, onde se reunirão as delegações, serão declaradas zonas internacionais. Com isso, a segurança nas áreas internas fica sob responsabilidade da ONU. A segurança a cargo das autoridades brasileiras será no entorno. Pontos de bloqueio serão montados ao redor das duas instalações, com a proibição da circulação de veículos não credenciados. Aeronaves não autorizadas também não poderão circular ali.

Os pontos de bloqueio ainda não foram divulgados. Em eventos passados com a presença de autoridades, a Avenida Salvador Allende, que liga Jacarepaguá à Avenida das Américas, chegou a ser interditada. Na última edição do Rock in Rio, em 2011, quando o Parque dos Atletas foi inaugurado, as interdições ocorreram também na Avenida Embaixador Abelardo Bueno. Alzir acrescentou que a divisão racionalizará o planejamento.

Ontem, em Doha, durante a conferência, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, participou de um painel sobre o processo de criação de um ambiente que possa garantir a prática de eventos seguros. Ele destacou que a implantação das UPPs é o primeiro passo a ser dado para garantir a reinserção na sociedade de parte de seus moradores que viviam sem acesso a serviços públicos devido à violência:

- Todos os envolvidos na organização de grandes eventos têm a mesma preocupação: garantir legados. O Rio, por décadas viveu, com parte de sua sociedade excluída, e muitos ainda estão. Havia um muro de violência imposto pelas armas.

**Prevenção ao terrorismo em comerciais e cartilhas**

Para a campanha nacional de prevenção ao terrorismo, o **Governo Federal** criará comerciais na TV e cartilhas a serem distribuída entre a população. O objetivo é que seja comunicada qualquer movimentação atípica em suas vizinhanças.

A campanha terá o apoio de patrocinadores da Fifa. Ontem, em Doha, o diretor de Operações da Secretaria Nacional de Grandes Eventos do **Ministério** da Justiça, Luiz Cruz, fechou parceria para o projeto com o Instituto de Investigação Inter-**Regional** de Crime e Justiça das Nações Unidas (Unicri) por intermédio da Organização dos Estados Americanos (OEA).

- Nosso foco principal é o combate ao crime comum. Mas grandes eventos servem de estímulo a ações que devemos prevenir num regime de cooperação internacional. Isso se aplica não apenas ao terrorismo, mas a eventuais protestos devido à visibilidade dos eventos. Claro que podem haver

manifestações pacíficas, como às relacionadas ao ambiente ou direitos trabalhistas, que serão permitidas dentro de limites - disse Cruz.

As bases do acordo com a Unicri serão formalizadas nas próximas semanas. O coordenador de programas da Secretaria de Segurança Multidimensional da OEA, Pablo Martinez, disse que a entidade poderá colaborar com o envio de especialistas internacionais em segurança para o treinamento de brasileiros.

Cruz informou que a campanha se estenderá a outras medidas para evitar confrontos entre torcidas organizadas dentro e fora dos estádios, na Copa das Confederações e na Copa do Mundo. Não está descartada a participação de grandes estrelas do futebol, com Messi e Cristiano Ronaldo, divulgando mensagens de paz. Segundo Cruz, os detalhes do projeto ainda estão sendo fechados para discussão no Conselho de Ministros e análise da presidente Dilma Rousseff. Mas que a intenção é que a campanha seja feita em todo o país mesmo nas cidades e estados que eventualmente não recebam a Copa das Confederações ou o mundial de 2014.

O diretor de Operações acrescentou que o **Brasil** terá à disposição uma espécie de "banco de ameaças" desenvolvido em conjunto por autoridades de inteligência de diversos países, via Interpol, e atualizado com dados coletados pelos serviços de inteligência inglês do MI-5 e MI-6 para os Jogos Olímpicos de 2012. E a partir deles, realizar ações preventivas. A Secretaria Nacional de Grandes Eventos

também atuará na 28ª Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013, no Rio, cerca de um mês após a Copa das Confederações.

### **Riocentro terá Centro de Cooperação Internacional**

Para a Copa das Confederações, será montado um Centro de Cooperação Internacional, no Riocentro, onde agentes de todo o mundo vão **monitorar** o evento. O mesmo modelo será repetido na Copa do Mundo, mas sofrerá mudanças para os Jogos Olímpicos, que terá unidades de segurança descentralizadas nas instalações.

Os riscos do terrorismo e outras ações ilegais em megaeventos estiveram entre os assuntos principais dos dois dias do congresso, encerrado ontem. O presidente da Interpol, Khoo Boon Hui, destacou a preocupação também com a ação de hackers e grupos criminosos locais:

- Os países emergentes estão se tornando centros de grandes eventos e podem vir a se tornar alvos. Eles podem trabalhar na prevenção com base em modelos já existentes, através da cooperação internacional. Mas adaptando os conhecimentos as realidades locais.

\*O repórter viajou a convite da organização do evento.

	VEÍCULO FOLHA DE PERNAMBUCO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Reinventando a Sudene</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## Reinventando a Sudene

A **Superintendência** do **Desenvolvimento** do Nordeste (Sudene) está tentando se reinventar. O primeiro passo será dado no final deste mês, quando o Conselho Deliberativo da **Superintendência** tem um encontro agendado. Na ocasião, serão anunciadas as novas regras de aplicação do Fundo de **Desenvolvimento** do Nordeste (FDNE). O Fundo se tornará contábil de natureza financeira, o que irá possibilitar que os recursos sejam contingenciados. A ideia é que o FDNE possa capitalizar suas dotações formando, em dez anos, um patrimônio de R\$ 35 bilhões. O problema é que ainda há um longo caminho para ser trilhado até que os recursos se tornem um patrimônio tão rico. Na próxima reunião, serão liberados R\$ 2 bilhões, um valor tímido para o tão sonhado ressurgimento da Sudene. Além disso, o Nordeste é a Região brasileira que mais cresce, porém, os recursos da Sudene não estão sendo aplicados por aqui. Pelo contrário. Apenas 8% das verbas solicitadas à instituição são do Nordeste. A promessa é que este cenário comece a mudar. Já no próximo encontro do conselho será anunciado o financiamento no valor de R\$ 380 milhões, com recursos do FDNE, para a construção da fábrica de vidros planos, CBVP, em Goiana. E a Fiat também pleiteia recursos da **Superintendência**. Se continuar neste ritmo, a Sudene poderá mesmo se reinventar.

Sem problemas - A indústria registrou alta de apenas 1,6%, em 2011, segundo o IBGE. Mas, segundo o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **Pimentel**, isso não quer dizer que há uma desindustrialização. "É verdade que a indústria brasileira passa por dificuldades, mas ainda estamos crescendo. Quer ver onde? Vá a Pernambuco", afirmou fazendo menção ao crescimento de 5,2% da indústria pernambucana em 2011.

### Um novo mercado

A Coca Cola Guararapes quer ser líder no **mercado** brasileiro de água mineral em até três anos. Hoje, o grupo responde por 11% do **mercado** nacional. Agora, a aposta é na água mineral Crystal, que começa a ser vendida nos estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia. A aposta no produto é tanta que o grupo decidiu retirar do **mercado** a Aquarius, que não teve adaptação no País.

Promessa O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, promete anunciar, até o fim do mês, as primeiras parcerias que integram o projeto "Mais Irrigação". O objetivo é aumentar em 200 mil hectares a área irrigada brasileira. A ideia é fechar Parcerias Público-Privadas (PPP).

Ajustes A Compesa está fazendo os últimos ajustes no edital de construção da Adutora do Agreste. A previsão era de que o certame fosse publicado ontem, mas, como os estudos não foram finalizados, a publicação só deve sair no fim do mês. No mesmo período deve sair o edital da PPP do saneamento.

### Curtas

Conselho - O município de Jaboatão dos Guararapes lançou ontem o Conselho Municipal de Turismo (Comtur). A solenidade de posse dos 22 membros do Conselho foi realizada no Hotel Dorisol.

Lançamento - O presidente do Sistema **Fecomércio**, Josias Albuquerque, reúne, hoje, empresários dos setores do **comércio**, turismo e serviços para lançar a revista especial da Missão Empresarial a China 2011. O encontro é às 9h, no salão de eventos do Senac.

Expansão - O Boris Berenstein Imagem & Laboratório prevê para os próximos dois anos um investimento de US\$ 2,5 milhões em tecnologia e infraestrutura. No final deste mês, o grupo inaugura unidade em Arcoverde.

### E o cronograma?

O secretário de **Desenvolvimento** Econômico de Pernambuco, Geraldo Júlio, está acompanhando de perto os investimentos que chegam ao Estado. Ao menos é o que dizem os empresários. "Eu nunca havia recebido uma ligação de um secretário de Estado pra dizer que o cronograma prometido estava cumprido e perguntando sobre os nossos prazos. Foi o que Geraldo Júlio fez", disse o presidente da CBVP, Paulo Drummond. O apoio traz resultados. A CBVP anunciou a ampliação do investimento no Estado. Agora a planta terá recursos de R\$ 770 milhões.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Vanessa Grazziotin pede união pelo fim das desigualdades regionais</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu nesta sexta-feira (16) a organização dos parlamentares da **Amazônia** para mostrar à sociedade brasileira e ao poder público as necessidades da região. Em discurso da tribuna, ela também conclamou os colegas que representam estados do Norte e Nordeste para atuarem juntos pelo fim das desigualdades em relação ao centro-sul do país.

– Este será um ano de grandes desafios. Precisamos nos unir com muita força para fazer com que nossas regiões recebam atenção maior do que temos recebido. Somos agradecidos por tudo o que o governo da presidente Dilma tem feito por nós e pelo que fez o presidente Lula, mas queremos ainda mais, para melhorar o nosso país – disse.

Ela defendeu uma melhor distribuição de recursos entre estados e entre municípios e, como contribuição para a construção de um país mais igualitário, citou projetos que tramitam no Congresso, como o PLS 192/2011, de sua autoria, que trata da distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para Vanessa, o **Brasil** é um país de grandes possibilidades e os governantes não podem apenas priorizar resultados da economia, como superávit e inflação. Conforme observou, é preciso olhar o hoje, mas também vislumbrar o amanhã. Ela chamou a atenção para a falta de investimentos

em ciência e tecnologia no Norte e como exemplo informou que a **Amazônia** conta com apenas um centro de biotecnologia, ainda subutilizado.

A parlamentar defendeu ainda o **desenvolvimento** da indústria farmacêutica que, segundo frisou, cresce hoje por conta da **produção** de genéricos.

– O genérico é a cópia de um medicamento cuja patente já expirou. Precisamos ir além do genérico, temos que desenvolver um projeto consistente de **desenvolvimento** de inovação nessa área e ninguém dispõe de mais matéria prima para isso do que o Brasil.

No início de seu pronunciamento, Vanessa Grazziotin saudou os 27 anos do Diário do **Amazonas**, cumprimentando a direção do jornal, os jornalistas e todos os que trabalham no periódico.

Agência Senado

	VEÍCULO JORNAL DO DIA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIMentel está otimista em relação à revisão do acordo automotivo Brasil-México</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Da Agência Brasil

Recife - O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIMentel**, retornou da Cidade do México otimista quanto à possibilidade de o Brasil renegociar o acordo bilateral do setor automotivo, de modo que atenda aos interesses dos dois países. A revisão do acordo pode ser definida nos próximos dias.

Ao participar ontem da inauguração de uma fábrica de vidros planos em Goiana (PE), **PIMentel** revelou ao governador anfitrião, Eduardo Campos, que a reunião, anteontem (14), com autoridades mexicanas e com o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, mostrou um quadro propenso a um desfecho rápido.

O ministro Patriota continua no México para tratar do assunto, em negociações com os ministros mexicanos de Relações Exteriores, Patricia Espinosa, e da Economia, Bruno Ferrari. O chanceler brasileiro tenta garantir os termos da carta do governo brasileiro, enviada no último dia 8, para

que o México limite as **exportações** de veículos para o Brasil à cota de US\$ 1,4 bilhão (aproximadamente R\$ 2,5 bilhões) pelos próximos três anos.

A cota, confirmada pela assessoria do ministro **PIMentel**, foi fixada com base no valor médio das **exportações** de carros mexicanos para o Brasil nos últimos três anos, que cresceram bastante e contribuíram para o déficit brasileiro de US\$ 1,7 bilhão no **comércio** com o México no ano passado.

O crescimento acentuado das **exportações** de veículos mexicanos levantou suspeitas do governo brasileiro de que montadoras dos Estados Unidos, da China e da Europa estariam usando aquele país como plataforma de vendas para o Brasil, se livrando da taxa de 35% imposta aos automóveis fabricados fora do **Mercosul** e do México.

	VEÍCULO <b>VALOR</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Samsung deixa de ser sócia do EAS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Ivo Ribeiro | De São Paulo**

**Depois de fortes pressões, inclusive da direção da Petrobras, a maior cliente do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), a companhia coreana Samsung Haevy Industriais deixou ontem, após frustradas negociações, a associação que tinha com Camargo Corrêa e Queiroz Galvão no estaleiro, localizado dentro da área do porto de Suape, em Pernambuco.**

As duas sócias brasileiras do EAS, que exerceram o direito de preferência na compra da participação de 6% da coreana, já negociam com dois grupos estrangeiros um novo parceiro tecnológico para o estaleiro. A escolha por um deles deverá sair logo, apurou o Valor com uma fonte que acompanha as negociações.

A avaliação de um dos sócios é que a Samsung trabalhava contra o EAS o tempo todo, querendo levar a **produção** para a Coreia e inviabilizar o EAS.

A Samsung foi escolhida desde o início do projeto, sete anos atrás, para ser a fornecedora de tecnologia ao EAS na construção de navios, sondas de perfuração de petróleo e plataformas. O EAS, o maior e um dos mais modernos do país, no entanto, vinha enfrentando uma série de problemas, como

atraso nas entregas, problema na construção do primeiro navio, o "João Cândido".

O navio é primeiro petroleiro a ser lançado ao mar no âmbito do Programa de Modernização da Frota da Transpetro (Promef), mas até agora não foi entregue à subsidiária da Petrobras. Ao todo, as encomendas da Transpetro ao EAS somam 22 petroleiros e R\$ 7 bilhões, dos quais cerca de 90% financiados pelo **BNDES**. Além de navios, há pedidos de sondas.

A saída repentina da Samsung vai na direção oposta do que desejava o governo. Nos últimos dias, a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, seguindo orientação da presidente Dilma Rousseff, que está preocupada com atrasos na entrega de encomendas e com problemas tecnológicos do estaleiro, vinha negociando o aumento da fatia dos coreanos no EAS.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo dará mais isenções à indústria</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Objetivo é usar desonerações da folha de pagamento para alavancar exportações**

### Simone Cavalcanti e Ruy Barata Neto

O governo quer usar a desoneração da folha de pagamentos para tentar alavancar a indústria e as exportações nacionais. Para isso, estuda ampliar o benefício fiscal a um escopo maior de setores do que se previa no ano passado, quando foi lançado o Plano Brasil Maior.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, recebeu ontem representantes de quatro associações - têxtil, moveleira, aeronáutica e autopeças - e afirmou que ainda havia mais grupos a serem ouvidos para discutir as propostas.

A ideia é expandir o modelo que substitui os 20% do total dos salários dos empregados pagos como contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por uma alíquota que incide sobre o faturamento das empresas. Além de reduzir os custos fixos de produção no mercado interno, a medida tem efeito adicional de isentar da cobrança desse tributo as receitas obtidas com exportações. "É a desoneração completa da folha para o exportador brasileiro", disse Mantega.

Desde setembro do ano passado, call centers, confecções e calçados pagam 1,5% sobre suas receitas enquanto o setor de software, a alíquota é de 2,5%.

Após reclamações recebidas desses mesmos beneficiários, o governo reduziu o percentual e, segundo Mantega, a nova taxa ainda não está definida. "Estamos discutindo a redução da alíquota, que dá para ser menor do que 1,5%. Mas é preciso conversar com mais setores, hoje só conversei com quatro", disse.

Todos os setores beneficiados terão de assumir compromissos com o Governo Federal, entre eles, o de não fazer demissões. A exigência de contrapartida por parte das empresas às benesses fiscais é uma determinação da presidente Dilma Rousseff.

### Ainda em março

Mantega sinalizou aos representantes da indústria que a decisão será tomada até o final deste mês. Porém, o presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do

Brasil (AIAB), Walter Bartels, disse que, por causa da quantidade de setores com quem o governo ainda vai negociar, o prazo para uma definição pode ser maior. "O tempo do governo não é o mesmo tempo que o setor privado gostaria." Jackson Schneider, vice-presidente da Embraer, afirmou que a fabricante de aeronaves tem 17 mil empregados e que, portanto, seria muito beneficiada com a medida assim como toda a cadeia de fornecimento. "Desoneração da folha de pagamento principalmente em um processo de produção que será direcionado para fora é extremamente positiva", disse, ressaltando que, mesmo com a alíquota de 1,5%, ainda valerá a pena.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Paulo Butori, difere da opinião de Schneider.

Para ele, quanto menor a alíquota, maior será adesão das empresas do setor que ele representa.

José Luiz Diaz Fernandez, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Mobiliário (Abimovel), afirmou ao sair da reunião que, se o governo fixar a alíquota em 1%, o setor volta para o programa.

O segmento moveleiro era um dos beneficiados do Plano Brasil Maior que definiu a desoneração da folha de pagamentos. No entanto, com a alíquota de 1,5% eles pediram para sair.

Aguinaldo Diniz, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), disse que a atual alíquota aplicada às confecções mantém a carga tributária elevada.

A entidade pede que o tributo seja de 1% sobre o faturamento tanto para confecção, quanto para a produção de tecidos. Ele reconhece ser importante tirar o custo fixo sobre a mão de obra. "Em tempos de crise, se o faturamento cair esse custo também se reduz."

### SETOR TÊXTIL

#### 50% do custo vem da mão de obra

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Aginaldo Diniz Filho, disse que os gastos com mão de obra representam 50% do custo da produção das fábricas de produtos têxteis e que o ministro da

Fazenda, Guido Mantega, mostrou disposição em ajudar o setor a enfrentar a acirrada concorrência com os produtos **importados** - em especial os chineses.

Dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** mostram que nos 12 meses encerrados em janeiro, as **importações** de produtos manufaturados superaram as **exportações** de produtos industrializados em US\$ 94 bilhões.

Segundo o presidente da Abit, o ministro Guido Mantega não impôs contrapartidas às empresas durante a

negociação para redução dos encargos que incidem sobre a folha de pagamento dos empregados.

Também participaram da reunião o secretário-executivo do **Ministério da Fazenda**, Nelson Barbosa, e o secretário de Política Econômica, Márcio Holland.

Reuters